

Concurso Público - Edital nº 001/2006

Prova Objetiva - 09/04/2006

Código do Cargo

008

**Advogado I****INSTRUÇÕES**

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
2. Confira seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
3. A interpretação das 25 (vinte e cinco) questões objetivas e da questão discursiva é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Aplicadores de Prova.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de *múltipla escolha*, com cinco alternativas cada uma, sempre na seqüência *a, b, c, d, e*, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome nele impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Aplicador de Prova.
6. Transcreva para o cartão-resposta a opção que julgar correta em cada questão, preenchendo o círculo correspondente com caneta de tinta preta. Não ultrapasse o limite do espaço destinado para cada marcação.
7. Não haverá substituição do cartão-resposta por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato. A marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão resultará na perda da questão pelo candidato.
8. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidatos, bem como o uso de livros, apontamentos e equipamentos (eletrônicos ou não), inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a exclusão do candidato deste concurso.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador de Prova. Aguarde autorização para devolver o caderno de provas e o cartão-resposta, devidamente assinados.
11. O tempo para o preenchimento do cartão-resposta está contido na duração desta prova.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Conhecimento  
Específico

Discursiva

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✂.....

RESPOSTAS				
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -

---

O gabarito provisório será colocado no *site* do Núcleo de Concursos – [www.nc.ufpr.br](http://www.nc.ufpr.br) 24 horas após a realização da prova. Para acessá-lo você deverá ter à mão os seguintes dados:

**Nº de inscrição:**

**Senha de acesso:**

**É de sua inteira responsabilidade o sigilo sobre esses dados.**

## CONHECIMENTO ESPECÍFICO

**01 - Considerando que a responsabilidade civil é classificada pela doutrina como contratual, quando obriga à reparação de danos decorrente da violação culposa de contrato, ou extracontratual, quando o dano decorre da prática de ato ilícito, considere as afirmativas abaixo:**

1. Na ação de reparação de danos pela prática de ato ilícito, os juros moratórios fluem desde a citação.
2. Falecendo o autor da prática de ato ilícito, réu na ação de reparação de danos movida pela vítima, o dever de indenizar transmite-se aos seus herdeiros (do réu), que responderão até as forças da herança.
3. Tratando-se de responsabilidade contratual, o devedor considera-se automaticamente constituído em mora, a partir do vencimento da obrigação líquida, positiva e a termo.
4. É considerada abusiva e, portanto, nula, a cláusula contratual mediante a qual o locatário assume a responsabilidade pelo perecimento do objeto da locação resultante de caso fortuito ou força maior.

**Assinale a alternativa correta.**

- a) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- \*e) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

**02 - As servidões que integram a categoria dos direitos reais sobre coisas alheias, apresentam-se como restrições ao direito de propriedade. Em relação ao assunto, assinale a alternativa INCORRETA.**

- \*a) As servidões somente podem ser constituídas por ato de vontade dos proprietários dos prédios dominante e serviente, não podendo ser determinadas por ato judicial.
- b) Há diferença entre o direito real de servidão e a servidão administrativa porque esta não possui a característica determinante das servidões, que é a de impor a sujeição de um prédio a outro em virtude de um direito real, constituindo-se tão somente em restrição ao direito de propriedade, feita pelo poder público.
- c) O ato constitutivo da servidão deve ser levado a registro no Registro de Imóveis e deve ser revestido da forma pública se o valor exceder ao limite legal, admitindo-se, porém, a sua constituição por instrumento particular, se não se atingir a alçada da lei.
- d) Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.
- e) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.

**03 - Sobre os defeitos dos negócios jurídicos (vícios do consentimento e vícios sociais), relacione a coluna da esquerda com a da direita.**

- |                       |  |
|-----------------------|--|
| 1. Lesão              | ( ) O doente que, no auge da moléstia, acorda com o médico honorários exorbitantes.  |
| 2. Dolo               | ( ) Aquele que, premido pela necessidade de levantar rapidamente dinheiro para o tratamento médico do pai, coloca à venda um imóvel por R\$ 100 (valor já inferior ao valor médio de mercado). O comprador, ciente da premente necessidade do vendedor, oferece apenas R\$ 40, com o qual acaba concordando o comprador. |
| 3. Erro essencial     | ( ) Antônio adquire de Pedro automóvel usado porque este garantiu que o veículo estava em ótimas condições, omitindo tratar-se de carro que se envolvera em acidente de trânsito grave.  |
| 4. Estado de perigo   | ( ) O pai, pretendendo doar um imóvel a um dos seus filhos, sem o consentimento dos demais, finge vendê-lo a um amigo para que este, em seguida, transfira-o em nome do filho.   |
| 5. Simulação absoluta | ( ) Antônio vende a Pedro uma tela que este último adquire acreditando ser o original de artista conhecido, descobrindo posteriormente tratar-se de uma cópia.   |
| 6. Simulação relativa | ( ) A emissão de títulos de crédito que não representam qualquer negócio, feita pelo marido, em favor de amigo, antes da separação judicial, para prejudicar a mulher na partilha de bens.   |

**Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta da coluna da direita, de cima para baixo.**

- a) 1, 4, 3, 5, 2, 6.
- b) 1, 4, 3, 2, 6, 5.
- c) 4, 1, 2, 5, 3, 6.
- \*d) 4, 1, 2, 6, 3, 5.
- e) 2, 4, 1, 6, 3, 5.

**04 - De acordo com o Código Civil Brasileiro vigente, o prazo para a consumação da usucapião extraordinária das servidões não tituladas é de:**

- a) 5 anos.
- \*b) 20 anos.
- c) 10 anos.
- d) 15 anos.
- e) 2 anos.

**05 - Quanto aos títulos de crédito, é correto afirmar:**

- \*a) O aval está necessariamente vinculado ao título de crédito, ou seja, é instituto exclusivo do direito cambiário, não podendo ser dado em contrato.
- b) A transferência do título de crédito não implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.
- c) Caso o título tenha entrado em circulação contra a vontade do emitente, não é devida a prestação indicada no título ao portador.
- d) Considera-se legítimo possuidor o portador de título da ordem com série regular e ininterrupta de endossos, sendo obrigação daquele que paga o título verificar a autenticidade das assinaturas.
- e) Tanto o aval quanto a fiança estão vinculados a um título de crédito.

**06 - Relacione os tipos de sociedades comerciais da coluna da esquerda às formas de constituição e/ou responsabilidade dos sócios da coluna da direita.**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Sociedade em conta de participação. | ( ) A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.               |
| 2. Sociedade limitada.                 | ( ) A atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade. |
| 3. Sociedade em nome coletivo.         | ( ) A responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.  |
| 4. Sociedade Cooperativa.              | ( ) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.                   |

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 2, 3, 4, 1.
- c) 2, 1, 3, 4.
- d) 4, 1, 2, 3.
- \*e) 2, 1, 4, 3.

**07 - Quanto à posse, é correto afirmar:**

- a) Admite-se reconvenção em ação possessória, como meio exclusivo de garantir ao réu que se julgar ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização devida pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- b) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de decair da ação, responder por perdas e danos, o juiz assinar-lhe-á o prazo de 15 (quinze) dias para requerer caução sob pena de ser depositada a coisa litigiosa.
- c) Admite-se o julgamento antecipado da lide quando o réu, mercê da natureza dúplice dos interditos possessórios, alega, por seu turno, moléstia a sua posse, reclamando, para si, também, a proteção possessória.
- \*d) A Lei 9.245 de 26 de dezembro de 1995 excluiu do procedimento sumário as ações que versem sobre posse e domínio de coisas móveis. Assim, o procedimento das ações possessórias, quer versem sobre bens móveis, quer sobre imóveis, sendo a ação de força velha, será sempre o ordinário. Se for ação de força nova, seguirá o procedimento especial.
- e) A ação possessória de força velha segue o procedimento ordinário e comporta concessão de liminar, *inaudita altera parte* ou após realização de audiência de justificação prévia da posse.

**08 - Na concessão da tutela específica, o magistrado, de acordo com o disposto no artigo 461 do Código de Processo Civil, poderá aplicar multa cominatória ao réu. Sobre o assunto, considere as seguintes afirmativas:**

1. A multa cominatória pode ser aplicada pelo juiz, independentemente de pedido do autor.
2. A multa cominatória não é devida se o devedor permanecer recalcitrante e deixar de realizar a prestação originária que, ao final, converter-se-á em perdas e danos.
3. A multa cominatória não tem caráter indenizatório, servindo de instrumento para forçar o devedor a cumprir a prestação devida, seja esta de dar, fazer ou não fazer.
4. A multa cominatória não pode ser determinada para período inferior a um dia de atraso no cumprimento das obrigações.

**Assinale a alternativa correta.**

- a) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- \*c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

**09 - Marcada audiência de instrução e julgamento em demanda de rito ordinário para o dia 20 de abril de 2006, não tendo o magistrado fixado prazo para o depósito do rol de testemunhas, este depósito deverá ser apresentado no máximo até o dia:**

- a) 15 de abril de 2006.
- b) 05 de abril de 2006.
- \*c) 10 de abril de 2006.
- d) 1º de abril de 2006.
- e) 18 de abril de 2006.

**10 - Considere as seguintes afirmativas sobre o direito processual vigente no Brasil.**

1. O adquirente, em vias de sofrer a evicção, para assegurar-se das garantias legais, não pode deixar de promover a denunciação da lide ao transmitente. Se este, contudo, não atender à convocação, e sendo manifesta a procedência de evicção, pode o adquirente deixar de oferecer contestação, ou de usar de recursos cabíveis, sem que essa atitude comprometa a garantia que a lei civil lhe proporciona.
2. Se alguma das condições da ação inexistia ao tempo do ajuizamento da causa, vindo a ser suprida antes que se declarasse a carência de ação, cabível será o julgamento de mérito, não havendo mais razão para o trancamento do processo mediante simples sentença terminativa.
3. Considera-se proferida sem resolução de mérito a sentença de extinção do processo por transação judicial entre as partes.
4. O pedido de suspensão do processo por 60 dias, formulado mediante acordo das partes, pode ser vetado pelo juiz.

**Assinale a alternativa correta.**

- \*a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- c) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

**11 - Como forma de desconstituição da coisa julgada, o Diploma Processual Civil Brasileiro disciplina a ação rescisória. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Só as sentenças de mérito podem ser objeto de ação rescisória.
- b) Para admitir-se ação rescisória fundada na obtenção de documento novo, é preciso que o documento já exista ao tempo em que se proferiu a sentença, cuja desconstituição está sendo pleiteada.
- c) Só o impedimento do juiz, e não a suspeição, torna rescindível a sentença.
- \*d) As hipóteses de seu cabimento, previstas em lei, não são taxativas, sendo possível cogitar-se da analogia para criarem-se novas hipóteses de ataque à *res iudicata*.
- e) O prazo de 2 anos para propor ação rescisória conta-se do trânsito em julgado da decisão.

**12 - Sobre a desapropriação, considere as seguintes afirmativas:**

1. De acordo com a Constituição Federal e a tradição do nosso Direito, só se considera válida a desapropriação mediante a prévia e justa indenização em dinheiro.
  2. (Além da indenização prévia, justa e em dinheiro) Admite-se a desapropriação por títulos nas hipóteses previstas no Estatuto da Cidade e para fins de reforma agrária.
  3. A pequena e a média propriedades rurais, assim definidas em lei, desde que seu proprietário não possua outra, podem ser desapropriadas, para fins de reforma agrária, quando não cumprirem sua função social.
  4. Os latifúndios agrários improdutivos poderão ser objeto de desapropriação, mediante indenização em dinheiro, vedada a indenização por títulos da dívida pública.
- a) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
  - \*b) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
  - c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
  - d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
  - e) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

13 - Além dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, existem outros princípios infraconstitucionais básicos que regem a Administração Pública. Sobre o tema, considere as seguintes afirmativas:

1. A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos.
2. A Administração Pública não pode revogar seus atos por motivo de conveniência e oportunidade quando tenham gerado direito adquirido.
3. A autotutela é um privilégio subjetivo da Administração, que a utiliza quando for necessário, em relação a todos os seus atos jurídicos.
4. Caberá à Administração Pública direta, na forma e limites previamente fixados em lei, a fiscalização das atividades dos entes da Administração Pública indireta, com o objetivo de garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- \*e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

14 - No que diz respeito às modalidades de licitação, numere a coluna da direita com base nos itens da coluna da esquerda.

- |                     |  |
|---------------------|--|
| 1. Leilão           | ( ) Licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. |
| 2. Concorrência     |  |
| 3. Concurso         | ( ) Licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.  |
| 4. Pregão           | ( ) Licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis ou imóveis a quem oferecer o maior lance.   |
| 5. Tomada de preços | ( ) Licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento.  |
|                     | ( ) Licitação entre quaisquer interessados para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o seu valor de contratação com disputa feita por lances em sessão pública.                  |

Assinale a alternativa que contém a seqüência correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- \*a) 2, 3, 1, 5, 4.
- b) 1, 4, 2, 3, 5.
- c) 2, 5, 1, 3, 4.
- d) 4, 3, 1, 2, 5.
- e) 1, 2, 3, 4, 5.

15 - Os autos de ação popular revelam que a empresa “Água Para o Povo S/A” foi criada sem autorização legislativa. O Procurador do Estado contesta alegando tratar-se de sociedade de economia mista. O pedido deve ser julgado:

- a) Improcedente, porque apenas as autarquias são criadas por lei.
- b) Procedente em parte, porque não obstante a necessidade de autorização legislativa, a empresa não poderia adotar a forma de sociedade anônima.
- \*c) Procedente. A lei específica teria que autorizar a instituição da empresa.
- d) Improcedente. A sociedade de economia mista tem natureza jurídica de direito privado e, portanto, dispensa lei autorizativa.
- e) Improcedente, porque apenas as empresas públicas e as autarquias necessitam de autorização legislativa.

16 - As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos regem-se pelo artigo 175 da Constituição Federal e pela Lei 8987 de 13 de fevereiro de 1995. Sobre a prestação dos serviços públicos, relacione a coluna da direita à coluna da esquerda.

1. Permissão de serviço público	( ) Delegação feita pelo poder concedente, mediante licitação na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho por sua conta e risco e por prazo determinado.
2. Concessão de serviço público	( ) Modalidade de delegação discricionária que, em regra, não exige licitação, cuja execução pelo particular tem por fim atender interesses coletivos instáveis ou emergência transitória.
3. Autorização de serviço público	( ) Delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
4. Consórcios	( ) Acordo firmado entre entidades estatais, autárquicas, fundacionais ou paraestatais, sempre da mesma espécie, para realização de interesse comum dos partícipes.
5. Convênios	( ) Acordo firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- \*a) 2, 3, 1, 4, 5.
- b) 2, 3, 4, 1, 5.
- c) 3, 2, 1, 4, 5.
- d) 3, 2, 1, 5, 4.
- e) 2, 3, 1, 5, 4.

17 - Uma empregada grávida é dispensada no final do contrato de experiência assinado com o empregador. Com base no tema, considere as seguintes afirmativas:

1. A empregada grávida possui direito à estabilidade gestante, prevista no artigo 10, inciso II, letra "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
2. Teria estabilidade provisória a gestante somente se fosse empregada doméstica.
3. Contrato de experiência não estabelece direito à empregada gestante, a título de estabilidade provisória, pois se trata de contrato por prazo indeterminado.
4. Caso o empregador tivesse prorrogado o prazo de 30 dias do contrato de experiência, para mais dois prazos de 30 dias, a empregada teria direito à estabilidade provisória gestante.

Considerando as alternativas acima, assinale a resposta correta.

- a) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- \*c) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- e) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

18 - Sobre o trabalho do menor, considere as seguintes afirmativas:

1. A duração do trabalho do menor não excederá, em hipótese alguma, de 8 (oito) horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.
2. É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, exceto a partir dos 12 anos, no caso de aprendiz.
3. Quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
4. O menor não poderá laborar em serviço insalubre.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- \*d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

**19 - Um autêntico sindicato não necessita de contribuições impostas, tampouco de qualquer proteção governamental. Necessita, na verdade, de um trabalho sério, com conquistas, para poder cativar os membros da categoria, fazendo com que estes se associem e contribuam, espontaneamente, conforme prevê a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, que se manifesta de forma contrária a qualquer imposição, pelo Poder Público, de contribuições que não sejam negociadas. O Brasil não ratificou a supracitada Convenção, em razão da existência de uma contribuição obrigatória a todos os membros da categoria, associados ou não. Como se denomina essa contribuição imposta pela Constituição e pela Consolidação das Leis do Trabalho?**

- a) Contribuição Confederativa
- b) Contribuição Assistencial
- c) Mensalidade Sindical
- d) Contribuição Negocial
- \*e) Contribuição Sindical

**20 - Uma locadora de automóveis com sede no Estado do Paraná é autuada por um fiscal federal, por não recolher o IPVA. Ajuizada ação anulatória do auto de infração, em face da União Federal, o juiz:**

- a) julga improcedente o pedido, por se tratar de imposto federal.
- b) declina da competência para Justiça estadual, por se tratar de imposto estadual.
- c) julga improcedente o pedido porque descabe a lavratura de auto de infração pelo não recolhimento de IPVA.
- d) declina da competência para a justiça especial.
- \*e) julga procedente o pedido por se tratar de imposto estadual.

**21 - Sobre efeitos tributários, relacione a coluna da direita com a da esquerda.**

- |                          |   |
|--------------------------|---|
| <b>1. Isenção</b>        | <b>( ) Perdão do tributo.</b>   |
| <b>2. Não-incidência</b> | <b>( ) Promove o perdão das multas.</b>   |
| <b>3. Imunidade</b>      | <b>( ) Limitação infraconstitucional da abrangência da incidência tributária.</b> |
| <b>4. Anistia</b>        | <b>( ) Ausência de definição legal do fato gerador.</b>                           |
| <b>5. Remissão</b>       | <b>( ) Exclusão constitucional da competência tributária.</b>                     |

**Assinale alternativa que apresenta a seqüência correta da coluna da direita, de cima para baixo.**

- a) 4, 5, 2, 3, 1
- \*b) 5, 4, 1, 2, 3.
- c) 5, 3, 2, 1, 4.
- d) 2, 5, 4, 1, 3.
- e) 4, 2, 1, 3, 5.

**22 - Considerando o disposto na Constituição Federal vigente sobre o sistema tributário nacional, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) É de competência exclusiva da União Federal instituir imposto sobre operações financeiras.
- \*b) É de competência comum ao Estado e aos Municípios a tributação da herança e das doações.
- c) É de competência exclusiva da União Federal instituir a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira).
- d) As taxas e as contribuições de melhoria são tributos de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) É de competência exclusiva dos Municípios a tributação sobre os serviços de qualquer natureza, salvo os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e os serviços de comunicação.

**23 - Mesmo tendo em conta a previsão legal, no que se refere à servidão legal de aqueduto, de que a todos é permitido canalizar pelo prédio de outrem as águas a que tenha direito, assinale a alternativa INCORRETA.**

- \*a) No caso de aproveitamento de águas em virtude de concessão por utilidade pública, a direção, a natureza e a forma do aqueduto serão aquelas que constarem dos projetos aprovados pelo Governo, não cabendo aos interessados pleitear indenização.
- b) Não são passíveis desse tipo de servidão as casas de habitação e os pátios, jardins, alamedas, ou quintais, contíguos às casas.
- c) No caso de concessão por utilidade pública, demonstrada a impossibilidade material ou econômica de se executarem as obras, sem a utilização das casas de habitação e os pátios, jardins, alamedas ou quintais, é possível a instituição de servidão de aquedutos.
- d) Quando o aproveitamento da água vise o interesse público, somente é devida indenização ao proprietário pela servidão, se desta resultar diminuição do rendimento da propriedade ou de sua área.
- e) Os donos dos prédios servientes, têm, também, direito a indenização dos prejuízos que no futuro vierem a resultar da infiltração ou irrupção das águas.

**24 - O meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos e essencial à sadia qualidade de vida, constitui-se em:**

- a) bem público de uso reservado.
- b) bem público de uso especial.
- \*c) bem público de uso comum do povo.
- d) bem público de uso dominial.
- e) bem público de uso dominical.

25 - A proteção ambiental é objeto de preocupação mundial. O artigo 4º, inciso VII da Lei 6.938/81, dentre outras provisões legais, disciplina a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. Sobre o assunto, considere as afirmativas que seguem:

1. A responsabilidade por dano ambiental, apoiada na teoria do risco integral, é de natureza objetiva e consubstancia-se na desnecessidade de investigar a culpa, na irrelevância da licitude da atividade e na inaplicabilidade de excludentes.
2. A responsabilidade objetiva por danos ao meio ambiente, apoiada na teoria do risco administrativo, obriga a Administração Pública à reparação de danos ambientais causados por fato do serviço, independentemente de culpa de seus agentes, mas comporta excludentes de responsabilidade da Administração, por caso fortuito ou de força maior.
3. Como prevenção ao dano ambiental, os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
4. Na esfera de responsabilização por danos ambientais, não se aplica a reparação por dano extrapatrimonial ou moral.

**Assinale a alternativa correta.**

- a) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- \*c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

## DISCURSIVA

**01 - Como advogado da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, elabore a peça processual cabível para defesa dos interesses da Companhia, em Mandado de Segurança impetrado contra ato do Diretor da Sanepar, junto ao Juízo de Direito de uma das Varas Cíveis da Comarca de Curitiba, pelo Instituto Paranaense de Defesa de Animais Abandonados, Organização não Governamental (ONG), com sede em Curitiba.**

**Alega o impetrante que a autoridade coatora (Diretor da Sanepar) ao determinar a suspensão do fornecimento de água ao usuário por inadimplência no pagamento das faturas dos meses de dezembro de 2005, janeiro e fevereiro de 2006, violou direito líquido e certo por ato ilegal e arbitrário. Aduz para tanto que:**

- a) A descontinuidade da prestação de serviços de abastecimento de água fere o disposto no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor.
- b) Pelo fato de tratar-se de organização não governamental, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela lei municipal 8.999/2000, destinada à proteção de animais, presta serviços públicos relevantes, úteis inclusive para a própria companhia, por evitar a proliferação de doenças e a contaminação do meio ambiente e dos mananciais, pois recolhe e trata os animais abandonados.
- c) A legislação que trata da interrupção do abastecimento (Lei 8.987/95) deve observar o interesse da coletividade, e que, com efeito, no presente caso, a descontinuidade do fornecimento de água impede a continuidade dos serviços prestados pela ONG, que são também essenciais, de utilidade pública e de interesse geral da comunidade.
- d) Reconhece o direito de cobrança de tais serviços, no entanto, alega que no momento a impetrante não dispõe de recursos para atender a despesa em questão.
- e) Para sustentar seu pedido de segurança, traz à colação jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos.

CONSTITUCIONAL – ABASTECIMENTO DE ÁGUA – CORTE DE SERVIÇO ESSENCIAL – Sendo a água um bem essencial e deferido à Empresa Pública o monopólio para o efeito de melhor controlar sua qualidade e administrar seu fornecimento a todos, não pode o seu fornecimento ser suspenso sob a alegação de falta de pagamento. Para a respectiva cobrança, dispõe a credora de meios próprios e adequados. Precedentes deste Tribunal. Concessão da Segurança. Manutenção da sentença em reexame necessário. (TJRS-REN 70006088355 – 22ª. C.Civ. – Rel. Des. Augusto Otávio Stern – J. 17.06.2003).

Requer, ao final, a concessão da segurança e o deferimento de liminar para o imediato restabelecimento do fornecimento de água.